

COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO PIAUÍ E A SUA RELAÇÃO COM O COTIDIANO DA CIDADE DE PARNAÍBA.

Rozenilda Maria de Castro Silva
Mestre em Educação pela UFPI

Este texto faz parte de um estudo maior já concluído, dissertação de Mestrado, sobre a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí que funcionou na cidade de Parnaíba, no período de 1874 a 1915. A intenção deste artigo é discutir e socializar alguns resultados alcançados na pesquisa, enfocando especificamente, as compreensões sobre a relação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí com o cotidiano da cidade onde foi sediada, enfatizando o seu público alvo, formas de acesso à escola, olhares da elite e do segmento social visado pela Marinha.

A pesquisa se coloca no campo da história das instituições educativas baseada na concepção de Justino Pereira de Magalhães e as discussões teóricas foram fundamentadas em Michel Foucault, Vinão Frago e Agustín Escolano. O estudo foi elaborado a partir da análise das fontes documentais: correspondências de autoridades de Parnaíba, do Comandante da Companhia do Piauí e de outras províncias do Império; correspondências do Capitão do Porto do Piauí, do Presidente da Província e do Ministério dos Negócios da Marinha; relatórios provinciais e ministeriais; almanaques, jornais e Coleção das Leis do Império e da República do Brasil. Fontes preservadas no Arquivo Público do Piauí, Bibliotecas de Parnaíba e Teresina, Fundação Cultural Assis Brasil, Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, Arquivo Nacional e Serviço de Documentação da Marinha/RJ, complementada com a história da Marinha do Brasil, das Companhias de Aprendizes Marinheiros, história da infância, história da educação, história do Piauí e de Parnaíba.

A Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí não surgiu isoladamente, fez parte da criação de um conjunto de dezoito Companhias instituídas na Corte e em dezessete províncias do Império, durante o período de 1840 a 1875. A criação dessas instituições era uma tentativa dos estadistas brasileiros de oferecer marinheiros qualificados para servir à nação, em substituição ao recrutamento forçado que constituía-se quase que exclusivamente na única fonte de pessoal para os serviços da Armada, num momento em que o Brasil lutava nas guerras da independência com diversos conflitos internos e em seguida com o enfrentamento da Guerra do Paraguai.

Foi nesse contexto somado a todo um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, culminadas com acontecimentos nacionais marcantes (a abolição da escravidão e a proclamação da República) que foi instituída a Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí, na cidade de Parnaíba, através do Decreto nº 5309 de 18 de junho de 1873, (IMPÉRIO, 1873).

As evidências indicam que Parnaíba foi escolhida para sede da Companhia devido a sua localização geográfica, pela movimentação marítima e fluvial e pelo fato de a cidade já sediar a capitania do Porto há dezoito anos. Desse modo, a Companhia de Aprendizes Marinheiros da Província do Piauí começou a funcionar na cidade de Parnaíba, no dia 1º de junho de 1874. Era ligada à Capitania do Porto e subordinada à Presidência da Província e, sua fiscalização minuciosa pelo Presidente deveria ocorrer trimestralmente, segundo aviso nº 1190 de 06 de agosto de 1872. (MARINHA, 1872).

O funcionamento da Companhia era regulado pelas disposições do Decreto nº 1517 de 4 de janeiro de 1855, (IMPÉRIO, 1855a), que definia o seu público alvo, condições de acesso, educação oferecida, permanência, dentre outros elementos. Segundo este Decreto:

- a) para ser admitido como aprendiz marinheiro era necessário: “ ser cidadão brasileiro, ter idade de 10 a 17 anos, ser de constituição robusta e própria para a vida do mar”, (Art. 8º). Também poderiam ser admitidos menores de 10 anos de idade que apresentassem desenvolvimento físico suficiente para começar o aprendizado, (Art. 9º);
- b) as vagas eram preenchidas por voluntários ou contratados a prêmio, matriculados por pais ou tutores; por órfãos e desvalidos que, possuindo os requisitos solicitados, fossem remetidos pelas autoridades competentes designadas pelo Presidente da Província: juízes de órfãos e autoridades policiais, (Art. 10º e 11º);

Aos pais ou tutores que levassem menores para a Companhia era oferecido um prêmio de cem mil réis. (IMPÉRIO, 1855b). Aos aprendizes, um vencimento mensal no valor de três mil réis. (IMPÉRIO, 1845).

- c) A Companhia oferecia instrução militar, náutica e elementar, de acordo com o Decreto nº 1517 de 4 de janeiro de 1855, (IMPÉRIO, 1855a).

A Companhia recebia menores de toda a província do Piauí e foi confirmado documentalmente a proveniência de menores da Província do Ceará. Pelos

Artigos acima e a documentação examinada, percebemos que a educação proposta evidenciava os interesses da Marinha na preparação de mão-de-obra para os seus serviços. Tratava-se de uma instituição destinada às crianças pobres, mas àquelas que atendiam ao perfil desejado para o serviço da Armada, portanto, ser pobre, não era um critério que garantisse o acesso a essa escola. O aprendiz precisava apresentar uma constituição física a crescer e ter saúde, era preciso estar nas condições favoráveis de servir para o trabalho da Marinha, para isso, antes do assentamento, o menor passava por uma inspeção médica nas condições de ser aprovada ou não a sua entrada. E vários desligamentos foram feitos, após o assentamento, por apresentarem problemas de saúde que comprometiam a vida de marinheiro. O desenvolvimento físico era portanto valorizado e tinha prioridade sobre a idade.

Por ser uma escola em sistema de internato, se apresentava como um regime de educação adequado ao exercício da vigilância e da disciplina. A inspeção fazia-se presente a partir da chegada do menor à Companhia para verificar não só a figura ideal do marinheiro, mas do vir a ser marinheiro. O marinheiro seria fabricado no interior da própria Companhia através de várias estratégias, onde a disciplina visava “[...] não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.” (FOUCAULT, 1987, p. 119).

Os menores, segundo o Regulamento da Companhia, Art. 23º, (IMPÉRIO, 1855a), ao completar dezesseis anos de idade e pelo menos três de instrução, seriam remetidos para o Corpo de Imperiais Marinheiros na Corte para serem distribuídos pelos navios da Armada em todo o Estado Imperial.

O Governo os sustentava e os “educava”, e ao atingir a idade “conveniente” na Companhia, eram obrigados a servirem durante o tempo determinado na forma da lei. O tempo de serviço variava de acordo com a legislação em vigor. Em 1871, foi reduzido o tempo de trabalho de vinte para doze anos. Em 1880, o prazo do serviço era de dez anos. O suprimento do Corpo de Imperiais Marinheiros proveniente das Companhias de Aprendizes Marinheiros significava uma redução nos crimes e nos castigos corporais a bordo, em favor da moralidade e da disciplina que os aprendizes deveriam apresentar. (MARINHA, 1882).

A Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí, segundo seu regulamento, oferecia aos aprendizes, alimentação, fardamento, material escolar, soldo mensal, assistência médica e religiosa. Para a Marinha eram muitas as vantagens oferecidas, cujo discurso traduzia a importância do recolhimento dos menores para o aparelhamento das armas nacionais através da “mão-de-obra” qualificada. Esses direitos tornavam-se mais expressivos por se tratar de uma época em que o acesso à educação era difícil.

Na Província do Piauí, o acesso à escola, mesmo nas famílias abastadas, era difícil, realidade que se espalhava por todo o país. Segundo Xavier, et al, (1994), a instrução elementar para as camadas mais privilegiadas da população brasileira, de modo geral, durante o Período Imperial (1822-1889), ficou a cargo da própria família. Para Costa Filho (2000), “[...] Estas [escolas familiares] eram instaladas nas fazendas das pessoas mais ricas e em comunidades rurais, que, [...] contratavam mestres ambulantes.” (p.93).

De acordo com o Censo de 1872 (FALCI, 1991), a população geral da Província do Piauí girava em torno de 237.951 habitantes. Deste universo, 174.446 eram de adultos não alfabetizados,¹ e 27.796 de adultos letrados.² Com relação à população infantil, das 35.729 crianças na faixa etária de 06 a 15 anos, somente 2.801 tinham o privilégio de freqüentar a escola, fechando uma estatística de 32.928 crianças fora do ambiente escolar.

Na concepção de Falci (1991), além das dificuldades de acesso, a escola era cara, por isso as crianças menos ricas não a freqüentavam. E a idade de a criança ser inserida no mundo do trabalho estava proporcionalmente correspondente à sua classe social quanto maiores fossem as necessidade materiais, mais cedo ela era inserida no mundo do trabalho.

A relação da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí com o cotidiano da cidade de Parnaíba pode ser analisado por diversos olhares. O olhar da elite política e social que via a instituição como necessária para abrigar os desamparados e nocivos à sociedade, transformando-os em cidadãos dóceis e úteis à nação. Durante o primeiro ano de funcionamento, a Companhia foi sediada em prédio doado pelo Coronel José Francisco de Miranda Ozório³, que também recolhia menores para esta instituição e os cinco leitos existentes na enfermaria da Companhia foram doados pelo Dr. José Basson de Miranda Ozório,⁴ (CAPITANIA, 1877). Além disso, as comemorações da Escola contava com a presença das autoridades locais, como por exemplo, a

comemoração do Dia da Bandeira de 1911, cuja programação foi divulgada na íntegra, ocupando quase toda a primeira página do jornal *Semana*, de 26 de novembro do mesmo ano. Com relação ao público presente no evento, assim se refere o jornal: “Conforme marcava o programma as 2 horas deveria começar a festa, de facto, nesta ocasião já se achava o prédio da Escola que foi artisticamente ornamentado, repleto de diversos cavalheiros e famílias de nossa fina sociedade”. (ESCOLA, 1911a).

O Comandante finalizou o evento e o seu discurso dizendo: “Lembraivos, aprendizes marinheiros, que heroico e feliz, é todo o cidadão patriota, que cahe, morto, de armas nas mãos, combatendo em defesa da honra da sua Pátria.” Após a fala do Comandante, algumas autoridades se pronunciaram, aplaudindo o mérito do seu trabalho na condução da casa. (ESCOLA, 1911a).

No olhar do segmento social visado pela Companhia, aqui representado pelos meninos, principalmente os traquinicos, a representação que a Escola de Aprendizes Marinheiros do Piauí⁵ provocava no imaginário da cidade de Parnaíba e possivelmente no restante da Província, já que recebia menores do todo o Piauí, era a de um espaço assustador e de torturas inconcebíveis. Humberto de Campos⁶ deixou registrado em seu livro *Memórias*, capítulo XXXVI, intitulado *Um Susto* (CAMPOS, 1962), a sua concepção de menino da época:

Entre os castigos que eu mais temia, estava a internação na Escola de Aprendizes Marinheiros que funcionava, então, em Parnaíba. Motivos ponderáveis contribuían para esse pavor supersticioso.

As notícias que me davam desse estabelecimento eram as de uma casa de torturas inconcebíveis. Um dia, correu na cidade a informação de que a Escola havia recebido uma ‘máquina de cortar cabelo’. Quase ao mesmo tempo começavam a aparecer nas ruas aprendizes-marinheiros pelados rigorosamente, com o casco da cabeça à mostra. Semanas mais tarde, ao passar pela casa em que se achava instalado esse instituto naval, aconteceu-me ver, por uma janela, enorme aparelho, com caldeira, cilindros, e outras engrenagens, destinadas, talvez, à instrução de futuros maquinistas.

-Que é aquilo? – perguntei a um parente que ia comigo. – Será a tal máquina de cortar cabelo?

-É, sim, - confirmou ele, perverso.

E indicando uma chapa, semelhante a um chuveiro, que havia no alto:

-Mete-se a cabeça do menino, ali, a máquina roda, e arranca todos os cabelos de uma só vez. (p.260-261).

Mais tarde, ao construir um papagaio de papel e estendê-lo ao sol no quintal e um pato rasgá-lo, Humberto de Campos vingou-se do animal com pau e pedras, provocando alvoroço em todos os animais. Sua mãe não estava em casa nessa tarde mas valendo-se do terror que causava a Escola de Aprendizes Marinheiros preparou uma estratégia para conter o seu comportamento durante algum tempo, conforme descreve Humberto de Campos (1962) :

Três dias depois [da briga com o pato], o velho Manuel, um mulato [...] que ia ao mercado fazer as compras [...] entrou, como de costume, trazendo à cabeça o cêsto com a carne, a abóbora e as hortaliças. De acordo com o hábito, assim que o vi, acompanhei-o, em direção à cozinha. Ele descansou o cêsto em um caixão grande que servia de mesa, e minha mãe já se preparava para fazer as contas quando êle puxou no bôlso uma carta, e entregou-lhe dizendo:

-Esta carta foi um marinheiro que me deu, na feira, de ordem do comandante Gervásio, para entregar à senhora...

Arregalei, naturalmente, os olhos. O ‘comandante Gervásio’ era o capitão-do pôrto e comandante da Escola de Aprendizes, cuja farda branca era um dos orgulhos da cidade e uma das ameaças permanentes à minha tranqüilidade de menino vadio. Minha mãe tomou a carta, rompeu o envelope, e, com a fisionomia triste, leu, alto, mais ou menos o seguinte:

-‘Exma. Sra. Dona Ana de Campos Veras. Passando em uma destas tardes pela casa da senhora, vi o seu filho Humberto correndo no quintal atrás de um pato, e dizendo nomes feios em voz alta. Não sendo a primeira vez que isso acontece, previno a senhora que, a primeira vez que tal cousa se repita, mandarei um marinheiro pegar o seu filho e trazê-lo para a Escola de Aprendizes Marinheiros, onde sentará praça e será castigado como merece. Assinado: Gervásio Pires de Sampaio, Capitão-do-Pôrto’.

[...] E eu, vendo que o caso era mesmo de gravidade excepcional, senti um frio correr-me por todo o corpo, como se me despejassem um copo de água gelada na espinha. [...] Durante algumas semanas mostrei-me dócil, obediente, morigerado. Passei o resto do verão sem empinar papagaio. Não proferi, durante algum tempo, nomes condenáveis. (p.263-264).

Depois de adulto, já com quarenta e um anos, em visita de sua mãe ao Rio de Janeiro, Humberto, lembrando-se do episódio, descobriu que a carta foi escrita por sua mãe, confirmando que, no imaginário da cidade, a Escola era utilizada como uma estratégia para conseguir bons comportamentos dos meninos rebeldes e traquinos.

A possibilidade de internato na Escola era um remédio de efeito imediato, qualquer comportamento era transformado mediante o medo de ser aprendiz marinho.

De Crato, interior do Ceará, (MARTINS,⁷ 1962, apud MADEIRA, 1999, p. 52) evoca reminiscência de sua infância sobre a Companhia de Aprendizes Marinheiros:

A Marinha era, então, o terror dos meninos. Quando um não prestava, os pais o deportavam para a marinha, porque lá, de qualquer maneira, haveria de se endireitar. A disciplina era pesada e os grumetes não tinham folga. Havia fatos que chegavam ao conhecimento dos meninos, pintados com cores negras: quartos escuros, onde os insubordinados passavam a pão e água, castigos corporais, exercícios que extenuavam. Falar na Marinha para os meninos era falar no pior degredo.

Os dirigentes da escola tratavam essa visão publicamente como um mito, segundo matéria veiculada no jornal *Semana* de 21 de agosto de 1910: “Como se explica então a aversão profunda do povo pela Escola de Aprendizes? Julgo que esta oposição [...] é mytho é uma fabula, mesmo porque d’outra maneira não se poderia compreender.”

E continua:

O menino pobre e o orphão, na escola encontrarão conforto, bem estar e partenaes carinhos, que talvez não encontrassem entre os seus, por isso mesmo que, sendo pauperrimos, os meios de subsistencia lhes faltando, a todo instante, porque para eles, ganhar um pão, requer o trabalho de um dia, e dahi o desespero, insolita amargura, a raiva e não raro – a maldição! (LORD MAR, 1910).

O jornal era utilizado como uma estratégia para divulgar as vantagens e atrair menores para Escola. Localizamos vários jornais *Semana*, de Parnaíba, em edições seguidas, nos anos de 1910 e 1911, com matérias que falavam dos benefícios da instituição, como por exemplo esta, veiculada no dia 14 de agosto de 1910:

A escola de Aprendizes Marinheiros requer os orphãos para educal-os no civismo, no amor da Patria e no dever; pede estes, porque os outros, pelas suas proprias forças tudo aprenderão.

[...]

As vantagens do alistamento do menino orphão nessa Escola é facto que não admitte a menor contestação. Apresenta-se um orphão analphabeto e nu, immediatamente começará para elle uma nova vida, uma existencia regulada e confortavel... (ESCOLA, 1910).

O jornal Piauhy de 17 de junho de 1911 traz as vantagens do alistamento:

APRENDER

Ler escrever e contar, manobrar com quaesquer embarcações e armas, exercicios de infantaria, de gymnastica, de natação e de esgrima de bayoneta, espada e florete, armar e desarmar qualquer embarcação ou navio o que encontrarão professores, mestres e bons auxiliares nomeados pelo governo.

CONHECER

Todos os exercicios, todas as armas todos os meios de transporte, todos os mares, todos os rios, todos os estados do Brazil e bem assim todos os países estrangeiros.

SER

Educado e civilizado

TER SEMPRE

Bôa e variável alimentação que diariamente consiste:

PELA MANHÃ

Café com assucar pão e manteiga

ALMOÇO

Carne guisada ou ensopada (com verduras e legumes, arroz, farinha, pão com manteiga e café)

JANTAR

Feijão com carne verde, de porco ou lombo secco de porco, ou carne secca (batatas ingleza e verduras) toucinho, arroz, farinha, pão fructas e doces.

CEIA

Mate com assucar, pão e manteiga.

ROUPA CALÇADO E REDE (MACCA), QUER PARA INVERNO OU VERÃO.

VENCIMENTO MENSAL

Aprendiz (não graduado) 3\$000; cabo 5\$000, 3° Sargento 6\$000, 1° Sargento 7\$000 e Sargento ajudante 9\$000.

[...]

O tempo é dividido e aproveitado em estudo, refeições, recreio e repouso. (ESCOLA, 1911b).

Percebemos que a matéria divulgada enfatiza que a Escola seria o ideal para os menores desvalidos, omitindo a realidade que constituía esse próprio espaço e opondo-se à idéia de Escola que fazia parte do imaginário da cidade, visto pelo

segmento social visado pela Marinha. Dizer que o tempo é dividido em estudo, refeições, recreio e repouso é negar que os menores tinham o dia-a-dia marcado por atividades e que o tempo e o corpo eram controlados pelo exercício dessas atividades, pelos castigos, vigilância e disciplina. Fazer carreira na própria Marinha era também inculcado como um sonho ideal dentro da Escola.

Os relatos internos da Marinha mostram outra realidade da instituição, que coincide com o imaginário dos menores, que assusta e que provoca aversão a estes espaços. A Revista Marítima Brasileira de 1882, fazendo referência às Companhias, traz a seguinte informação: “As nossas – Companhias de Aprendizes -, como se achão montadas, participão, mais de caracter de asylos de menores desvalidos do que de escolas de ensino profissional da arte de marinheiro”. (REVISTA, 1882, p. 587-588). Um Relatório de um Membro do Conselho Naval assim se referia aos menores da Companhia do Piauí: “[...] sete [menores] ultimamente admittidos, aos quais ainda não se forneceu fardamento por não havel-o no paiol [...] do que resulta andarem alguns aprendizes descalços.(MARINHA 1883). Acrescentando que os quatro primeiros menores admitidos na Companhia do Piauí dormiram no chão por falta de acomodação.

Uma outra estratégia da Escola de Aprendizes Marinheiros do Piauí para atrair menores eram as exibições dos aprendizes em praça pública, no centro da cidade de Parnaíba, conforme matéria veiculada no jornal Semana, de 15 de outubro de 1911:

Estão sendo feitos ás quintas feiras, na Praça Matriz, exercicios de infantaria e esgrima de bayonetas executadas pelos aprendizes; são dignos de elogios não só pela precisão com que são desembaraçados como pelo garbo, asseio e disciplina, attestando que estão sendo educados no tocante a parte technica com muito esmero e cuidado. (ESCOLA, 1911c).

O jornal também denunciava a Escola de Aprendizes Marinheiros. Localizamos uma página do jornal O Telephone, com a matéria datada de 16 de outubro

de 1885, anexa à correspondência que tratava do assunto veiculado no respectivo jornal.

A matéria intitulada *Immoralidade* trazia a seguinte informação:

Consta-nos que a Escola de Aprendizes Marinheiros estacionada nesta cidade,⁸ pouco a pouco vae se transformando em covil de immoralidades. Compunge ver as crianças martyrisadas por castigos immoderados; sendo que alem destes, algumas tem baixado a enfermaria victimadas por desenfreada concuspicencia.

Disem mais que o algóz é o mestre da companhia, que fal-os mudar de sexo.

Chamamos a attenção do governo da provincia para factó tão grave, que merece severa reprimenda, para desafronta da moralidade. (IMMORALIDADE, 1885).

Confirmada a veracidade da acusação, o Sargento Raymundo Fernandes de Araújo, Mestre da Escola, na instância da Capitania do Porto, foi suspenido e preso durante oito dias, posteriormente foi rebaixado a Marinheiro de 1ª classe, em punição aos atos praticados. (MARINHA, 1886).

As imagens do cotidiano da cidade sede da Escola de Aprendizes Marinheiros do Piauí, em 1910, pode ser visualizada na analogia que Henrique⁹ faz de Parnaíba com o seu espaço rural, cidade em que se apresentam bem definidas as classes sociais a partir dos trajes, do cumprimento, das diversões, destacando a arquitetura e o comércio estrangeiro que dava à região um destaque econômico.

[...] dimenhanzinha si alvoroca tanta gente na beira do rio qui nem formiga arredo di largartixa morta, i quaje tudo é trabaiadôu caçando ganho. U mercado é ôtro dizispeiro. Si arriune mais povo di que na dezubriga quando o padre diz miça na Capela dus morros da dona xiquinha i tudo si vende. [...] Mamã, aqui as coiza é munto deferente e adverça dahi. Toudo mundo anda pronto de butina cularim gruvata e pallitou; i quem nun anda pronto é cargueiro. As cazas são quaje tudo apregada uma nas ôtras cumo cazas de maribunde de pareide i é quaje tudo de teia atijollada i tem um bando dellas calçada i forrada di taba cum alçapão purriba cuma gaiola di xexeu, qui xamão sobrado. [...] Gente rica aqui anda bestando, quaje tudo é seu coruné ou seu doutôu. Nêgra prêta tribufó aqui xamam dona fulana, dona cicrana, [...] fiquei besta. Aqui tem um jogo xamado bilha, que não ai diabo que intenda, mais porém só joga nela gente de famia.

Tem também ôtro latejo invizive neste terra, é um tal de sinema. Aparece umas figuras di gente, di animal, di vapou, di casa, tudo prefeitim cumo si tivesse bulindo i é uma sombra na frente dum pano isticado [...] i só num faz é falá. Foi a coiza mais bunita i mais

encantada que eu já vi, inté parece arte do Capirotô, credo in cruz! Comde as presenças corre inriba du pano, a musga vai tocando i o povão si afitotando di alegre, home, muié, minino i tudo, fêmias e maxo. Paguei treis tostão mode ispiá o bixo, e quem num paga num entra na fulia.

O tal vapou ingilez é uma pai degua de grande; [...] O pessoal que mora nus tal vapou são tudo branco, rozalgá, ôio azul e cabelo vermeio; são mesmo destes que dão veneno. A fala deles só pru diabo, não ai quem entenda, é uma imbruiada cuma de curica in roça de mio novo, só se fala cum eles pur aceno porque eles também não intende nossa fala nem que a gente grite e fale tudo ispivitado. São danado pru papagaio e caxaça, dão inté roupa de gazemira novinha....

Mode a gente comprá quarqué coisa nos vapou ingilez é pricizo traze iscundido cuma quem furta mode uns taes de Guarda da Arfandega que num sai do vapou botando sintido e si pegão i dizem que é contra Banda; agora Banda de quem é que num sei nem quero priguntá. Tudo vem dus vapou vae para essa tal arfandega, caxa, barrica, fardo, ferrage i tudo que é um Deus nos acuda. Istordia eu fui trabaiá nessa tal de arfandega i vi um monte de dinheiro di cobre no xão qui parecia juá quando se ajunta mode dá pra cabra in xiqueiro [...] (CUNHA, 1929, p.65-69).

Conhecer a história da Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí, significa enveredar pela história educacional, cultural e política da cidade de Parnaíba, da província do Piauí e do império do Brasil. Para além do seu espaço interno, do seu cotidiano, de suas práticas disciplinares e pedagógicas percebemos esta escola no dia-a-dia da cidade de Parnaíba, nos burburinhos dos interesses e das disputas da elite local, constatação evidente do seu valor social e político.

A Companhia de Aprendizes Marinheiros do Piauí tinha como público alvo a criança pobre, o órfão, o desvalido, o abandonado, não por ser uma instituição assistencialista, mas para transformá-los em futuros marinheiros, através da preparação da mão-de-obra qualificada e disciplinada para o abastecimento dos navios de guerra nacional em oposição ao recrutamento humano sem nenhuma preparação para os serviços navais.

Desse modo, a Companhia constituía-se numa das poucas alternativas, da época, para o acesso da criança pobre à escola. Mesmo sem ter uma preocupação assistencialista, ao tirar os menores da rua, a Companhia atendia a uma preocupação da elite, a quem a ociosidade, o vício e a vagabundagem eram vistas como um problema moral que atrasava o país. Portanto, ao atender a infância desvalida, a Companhia reunia no seu interior interesses recíprocos, satisfazer aos intuitos de sua criação e atender às inquietações da sociedade parnaibana e piauiense do Império e da Republica.

- ¹ Sendo 72.645 homens livres, 11.939 homens escravos, 78.012 mulheres livres e 11.850 mulheres escravas.
- ² Dos quais 17.697 homens livres e 10.093 mulheres livres e 06 escravos.
- ³ Na biografia de vida pública do Cel Miranda Ozório, consta o seguinte: ‘soldado por inclinação e por injunção das famílias da época, portou-se com denodo e grande honestidade durante toda a sua atribulada existência, galgando com bravura e largos merecimentos todos os postos elevados até ao de tenente coronel. [...] Mesmo entre o balcão e as prateleiras, encarnou atitudes guerreiras, tornando-se o maior lutador pela causa nativista. Foi ardoroso, na Confederação do Equador em 1817, aderindo aos pernambucanos com inúmeros companheiros parnaibanos. Na luta contra Fidié, em prol da Independência, emigrou para o Ceará, passando por Granja, Sobral e Crato, levantando tropas aguerridas e se batendo com as forças do grande Cabo Português (Fidié). Lutou também contra os balaios nos combates de Batalha, Buriti dos Lopes e em Frecheiras, conseguindo grandes vitórias. Nesta ocasião recebeu as honras de Coronel Honorário do Exército e de dignatário da Imperial Ordem da Rosa. Prestou relevantes serviços no Posto Supremo de Comandante superior da Guarda Nacional durante a Guerra do Paraguai, organizou e recrutou voluntários para a luta, sendo agraciado com a Comenda de Cristo. Ocupou durante sua vida os seguintes cargos: Vice-Presidente da Província do Piauí, fez parte da Assembléia Legislativa, presidiu a Câmara Municipal de Parnaíba; foi Juiz de Paz, Juiz Municipal, Prefeito e Delegado de Polícia em Parnaíba. Este foi o vulto que muito trabalhou pela sua terra’. (SILVA, [19-], apud MENEZES, 1980, pág. 3).
- ⁴ José Basson de Miranda Osório era filho do Coronel José Francisco de Miranda Ozório e nasceu em Parnaíba a 17 de novembro de 1836. Coursou humanidades no tradicional Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde seguiu para São Paulo, ingressando na Faculdade de Direito. Foi um dos chefes emancipacionista do Piauí no movimento parnaibano de 19 de outubro de 1822. Comandante das forças legalistas na guerra dos Balaios e um dos raros manarquistas brasileiros a resistir ao golpe republicano de 1889. Ocupou dentre outros, os seguintes cargos: Inspetor, Tesoureiro da Alfândega, Promotor e Prefeito de Parnaíba, Deputado Provincial e Vice-Presidente da Província do Piauí por longos anos, Presidente da Província da Paraíba, Inspetor da Alfândega do Pará e do Ceará, Chefe de Polícia da Capital do Império. Faleceu a 17 de abril de 1903, na Estação de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais, justamente a um mês depois do falecimento de Dona Filismina Basson Carvalho Osório, sua cunhada, sobrinha e esposa. Em sua homenagem, José Basson é o nome de uma Rua, localizada no Centro de Parnaíba, cujo percurso vai da Praça Santo Antonio à Av. Capitão Claro. (PASSOS, 1982, p. 236).
- ⁵ Com o Regulamento que baixou com o Decreto nº 9371 de 14 de fevereiro de 1885 a Companhia passou a ser denominada Escola de Aprendizes Marinheiros. (MARINHA, 1885).
- ⁶ Humberto de Campos nasceu no dia 25 de outubro de 1886, em Miritiba/MA, cidade que hoje tem o seu nome. Mas toda a sua infância está ligada a Parnaíba, onde morou e plantou o seu famoso cajueiro, hoje um dos principais pontos turísticos da cidade. Começou a sua vida como aprendiz de alfaiate, caxeiro de comércio e tipógrafo. Mais tarde, jornalista, poeta, cronista, crítico literário, enfim uma das mais fortes expressões da intelectualidade brasileira. Membro da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 20; Sócio correspondente da Academia Maranhense de Letras e Patrono da Cadeira nº 23, fundada pelo poeta Ribamar Pinheiro. A sua imensa bagagem literária compõem-se de quarenta e três livros, sem dúvida, um dos mais férteis escritores brasileiros, além de sua diária colaboração em jornais e revistas do território nacional. Como político, representou o seu Estado na Câmara Federal. Humberto de Campos faleceu no Rio de Janeiro em 5 de dezembro de 1934. (PASSOS, 1982, p. 222-224).
- ⁷ Romancista cearense Fran Martins.
- ⁸ A matéria não foi assinada mas é de autoria da cidade de Parnaíba, considerando-se que o jornal é de Teresina.
- ⁹ Henrique, 18 anos, morava numa fazenda. Aprendeu a ler e a escrever pedindo ajuda a quem soubesse. Foi a Parnahyba em 1910, com Alarico da Cunha a pedido de sua mãe. Foi o seu primeiro contato com a cidade. Com o seu primeiro salário comprou uma caneta, um tinteiro, duas folhas de papel almaço e escreveu uma carta à sua mãe contando as novidades. Pediu ao Alarico da Cunha para remetê-la. Não resistindo à curiosidade Alarico leu a carta e mais tarde a publicou no Almanaque da Parnaíba. Com o título “As observações do Matuto”. (CUNHA, 1929).

Fontes

CAPITANIA. Relatório nº 992, de 09/01/1877. do Capitão do Porto de Parnaíba. Arquivo Nacional, Série Marinha, fichário 95, Gav-4-9, XM – 576.

CUNHA, Alarico da. As observações do matuto. In. **Almanach da Parnahyba**. Parnahyba: B.S. Lima e Cia, Anno 6, 1929, p. 65.

ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS. **Semana**, Parnahyba, anno 1, n. 10, p. 1, 14 ago. 1910.

_____. **Semana**, Parnahyba, anno 2, n.77, p.1, 26 nov. 1911a.

_____. **Piauhy**. Therezina, anno XXI, n. 1123, p. 4, 17 jun. 1911b.

_____. **Semana**, Parnahyba, anno 2, n.71, p.2, 15 out. 1911c.

IMMORALIDADE. **O Telephone**, Therezina, 16 out. 1885.

IMPÉRIO. Decreto nº 411 A de 05/06/1845. **Collecção das Leis do Império do Brasil**. Tomo 8, Parte 2ª, Secção 13ª, 1845.

_____. Decreto nº 1517 de 04/01/1855a. **Collecção das Leis do Império do Brasil**. Tomo 18, Parte 2ª, Secção 26ª, 1855.

_____. Decreto nº 1.591 de 14 /04/1855b. **Collecção das Leis do Império do Brasil**. Tomo 18, Parte 2ª, Secção 26ª, 1855.

_____. Decreto nº 5.309 de 18/06/1873. **Collecção das Leis do Império do Brasil**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Tomo XXXVI, Parte II, 1873.

LORD MAR. Escola de Aprendizes Marinheiros. **Semana**, Parnahyba, anno 1, n.11, p.1, 21 ago. 1910.

MARINHA. Of. nº 1190, de 06/08/1872, do Ministério dos Negócios da Marinha ao Presidente da Província. Arquivo Nacional, Série Marinha, fichário 95, Gav-4-9, XM – 576.

_____. Relatório do Quartel-General de Marinha, de 15 de outubro de 1881. In: **Relatório Ministerial**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882. Serviço de Documentação da Marinha, Arquivo Histórico, Rio de Janeiro.

_____. Relatório de 02/07/1883, do Membro do Conselho Naval. Arquivo Nacional, Série Marinha, fichário 95, Gav 4-9, XM – 506.

_____. Regulamento do Decreto nº 9371, de 14/02/1885. In: **Relatório Ministerial**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885. Anexo Decretos e Avisos. Serviço de Documentação da Marinha, Arquivo Histórico, Rio de Janeiro.

_____. Of. nº 217, de 05/03/1886, do Ministério dos Negócios da Marinha ao Presidente da Província. Arquivo Nacional, Série: Marinha, fichário 95, Gav 4-9, XM – 635.

REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Biblioteca da Marinha, a. II, n. 1, jul.1882.

Referências

CAMPOS, Humberto de. **Memórias**. São Paulo: Gráfica Editora Brasileira, 1962.

COSTA FILHO, Alcebiades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2000.

FALCI, Miridan Britto Knox. **A criança na província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras; São Paulo: CEDHAL, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. **Recompondo memórias da educação: a escola de aprendizes Artífices do Ceará (1910-1918)**. Fortaleza: Gráfica do CEFET, 1999.

MENESES, Maria Luiza Motta de Menezes. **José Francisco de Miranda Osório e seus descendentes**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1980.

PASSOS, Caio. **Cada rua sua história**. Parnaíba: [s.n.], 1982.

XAVIER, Maria E. S. P; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.